

ENTREVISTA COM O INSPECTOR ÓSCAR CARDOSO

Bruno Oliveira Santos: A PIDE tinha - entre corpo directivo, agentes, pessoal administrativo e auxiliar - cerca de 2.500 efectivos. Isto não era uma enormidade para um país como Portugal?

Óscar Cardoso: Com os agentes do Ultramar, talvez fossem quase 3.000 efectivos. E este número não é nenhuma enormidade. Não se esqueça que Portugal ia do Minho a Timor. Estando hoje Portugal reduzido às fronteiras do tempo de D. Afonso III, sabe quantos homens tem a GNR? Cerca de 30.000. E sabe quantos tem a PSP? Mais de 20.000. Some-lhes ainda os da Polícia Judiciária, que não sei quantos são.

B.O.S: Como é que se processava a entrada na PIDE?

O.C: O exército, nas suas ordens de serviço, publicava convites, dirigidos sobretudo a oficiais milicianos, que no caso de estarem interessados em ingressar no quadro da PIDE deveria submeter-se depois a concurso. Isto no caso de candidatos provenientes do exército, porque ingressaram na PIDE vários ex-agentes da Polícia Judiciária e da GNR, como é o meu caso.

B.O.S: No caso de virem do exército, era preciso a abonação de um oficial.

O.C: Pois era. Exigia-se, de facto, a abonação de um oficial, até porque o candidato necessitava de ter uma folha militar limpa.

B.O.S: É verdade que vários oficiais que se destacaram depois do 25 de Abril, como Vasco Gonçalves, abonaram a entrada de diversos agentes?

O.C: Eu nunca vi nenhuma abonação assinada pelo Vasco Gonçalves, mas conheci na prisão um agente, o Augusto Queirós, de Portalegre, que me disse que tinha sido abonado precisamente pelo Vasco Gonçalves.

O Costa Gomes, esse então, deve ter abonado muitos. Principalmente candidatos provenientes de Angola, no tempo em que ele era comandante-chefe.

B.O.S: Os informadores tinham um peso significativo na resolução dos problemas?

O.C: Há que distinguir dois tipos de informadores: aqueles que fornecem informações por entenderem que o devem fazer, sem terem sido solicitados para tal e sem exigirem qualquer pagamento, e aqueles que, como em qualquer Estado e em qualquer polícia, fornecem informações para ganhar umas coroas, ainda que sejam indivíduos bem formados. Porque também há informadores angariados na ralé, como são quase todos aqueles que colaboram hoje com a Polícia Judiciária: a gatunagem, os traficantes de droga, que se denunciam uns aos outros.

Nenhum Estado sobrevive sem informação. Ora, sem informadores não há informação. Por isso, como qualquer polícia, a PIDE também tinha informadores, inclusivamente no Partido Comunista. Agora, se me pergunta qual o peso que esses informadores tinham dir-lhe-ei que eles eram catalogados de acordo com a qualidade das informações. Havia indivíduos cujas informações batiam sempre ou quase sempre certo e outros cujas informações não tinham qualquer veracidade.

B.O.S: É verdade que os ficheiros da PIDE- os chamados Dossiers Individuais de Controlo - tinham informações sobre mais de um milhão de portugueses?

O.C: Não faço a mínima ideia. Quando entrei para a PIDE fiz um estágio em todos os departamentos e passei também pelos serviços reservados, mas nunca me forneceram qualquer indicação sobre o número de ficheiros existentes.

B.O.S: Esses ficheiros podiam ser consultados livremente por qualquer agente?

O.C: De maneira nenhuma. Estavam reservados à consulta pelos inspectores que estavam nessa divisão. A prática era esta: se um inspector de outra divisão pretendia consultar um ficheiro, tinha de preencher um documento de requisição para o efeito, que era depois arquivado.

B.O.S: Todos esses ficheiros desapareceram...

O.C: Os ficheiros desapareceram porque a sua revelação punha a descoberto os crimes e os vícios de muitos impolutos lutadores antifascistas, alguns deles bufos da PIDE. Os ficheiros importantes foram, como sabe, para a União Soviética. Os que vieram para a Torre do Tombo são refugo.

Desapareceu o processo secreto do navio Angoche, em cujo afundamento estava implicado o PCP; desapareceu o processo do Dr. Álvaro Cunhal; desapareceu o processo que comprometia o bando de Argel na morte do general Humberto Delgado; desapareceu o processo de Júlio Fogaça, militante do PCP, preso com o namorado, que era um soldado de Cavalaria 7; desapareceu o processo que demonstrava que a famosa fuga de Peniche fora preparada pela PIDE; desapareceu o processo do Jean Jacques Valente, que estava preso por homicídio, e que depois do 25 de Abril foi credenciado para interrogar os funcionários da PIDE, em Caxias...

Por outro lado, apareceram muitos ficheiros - fabricados e introduzidos nos arquivos depois do 25 de Abril- para dar um estatuto de mártir e de torturado a muito menino que nunca pôs os pés na António Maria Cardoso! Sabe que esses mártires têm hoje direito a benefícios fiscais e pensões do Estado? Talvez isto ajude a explicar a inflação de torturados...

B.O.S: Quer dizer que a tortura não era uma prática institucionalizada na PIDE?

O.C: É claro que não. Um dia vi na televisão uma velhota a mostrar as cicatrizes causadas por queimaduras de cigarro que lhe haviam sido feitas pelos torcinários da PIDE. Uns dias depois, a mesma velhota dizia nos jornais que recebera 40 contos do Partido Comunista para mostrar as queimaduras, que afinal foram provocadas por azeite a ferver num acidente doméstico. É que com estas mentiras que se faz a história! Olhe, eu servi na GNR e na PIDE. Onde eu vi grandes sovas foi na GNR. A PIDE era uma polícia semelhante à de muitos outros países democráticos. A França tinha o SDECE e o DST, a Inglaterra tinha o II5 e o DI6, os Estados Unidos da América tinham e têm a CIA e o FBI. Todas estas polícias faziam ou fazem ainda investigação, informação, espionagem e contra-espionagem. Afinal, éramos diferentes em quê? Fazíamos escutas telefónicas? Fazem-nas hoje todos os serviços de informação dos países democráticos. E Portugal não é excepção!

Com estas atordoadas de tortura e de escutas telefónicas que se lançam para o ar ninguém repara que hoje mesmo se está a formar uma nova polícia à escala mundial que, utilizando meios informáticos poderosos e altas tecnologias, controla facilmente a própria vida privada de cada um de nós. Mas como tudo é feito em nome da democracia, ninguém parece estar muito preocupado...

Os horrores da PIDE continuam a ser propagados para justificar a revolução e esconder as misérias destes últimos 25 anos. Não fomos nada do que dizem. Fomos, sim, uma das três melhores polícias do mundo. Prestámos relevantes serviços ao país.

B.O.S: A PIDE perseguiu os emigrantes?

O.C: Não. Perseguiu apenas os chamados engajadores, indivíduos sem escrúpulos que exploravam os que pretendiam emigrar e os sujeitavam a condições desumanas. Em relação aos emigrantes, nunca tomámos qualquer medida persecutória. Foram à nossa sede várias mulheres e mães de emigrantes pedir ajuda para visitar os seus maridos e filhos no estrangeiro. Recorriam a nós porque sabiam que, para além de assegurarmos o serviço de fronteiras, tínhamos competência para emitir passaportes.

Lembro-me de um caso que vale a pena contar. Apareceu um belo dia na PIDE uma senhora idosa com um semblante pesaroso. O marido, que estava em França, sofrera um acidente e estava internado no hospital. A senhora queria ir vê-lo, mas não tinha dinheiro suficiente para os gastos. Os nossos serviços emitiram-lhe um passaporte

especial, arranjaram-lhe um farnel, acompanharam-na a Santa Apolónia e compraram-lhe o bilhete. Não foi caso único.

B.O.S: São constantemente referidos os casos de Dias Coelho e de Ricardo dos Santos para demonstrar a mão pesada da PIDE.

O.C: Em nenhum dos casos houve a intenção de matar. O Dias Coelho era militante do PCP. Dois agentes da polícia foram incumbidos de o prender. Contudo, a operação correu mal porque, avistado o Dias Coelho, um dos agentes não esperou pela colaboração do colega e decidiu actuar sozinho.

Apercebendo-se da situação, o Dias Coelho agrediu esse agente, que caiu no chão. Entretanto, chega o colega e agarra o agressor. Nesse momento, o agente caído - certamente com os sentidos afectados pela queda - saca da pistola e dispara atingindo mortalmente o Dias Coelho. Só por acaso a vítima não foi o outro agente, o Manuel Lavado, que ficou ferido no braço.

O caso de Ribeiro dos Santos não é muito importante. Recebeu na PIDE um telefonema da secretaria do Instituto Superior de Economia (actual Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras) informando que os estudantes haviam detido naquela escola um agente da nossa polícia. Quem atendeu o telefonema esclareceu o funcionário da escola que não havia tratar-se de um agente da PIDE porque não introduzíamos agentes nas escolas. De qualquer modo, foram enviados dois homens ao local para averiguar o sucedido. Os estudantes tinham efectivamente raptado um indivíduo, que estava no auditório com as mãos atadas a um saco na cabeça. Os nossos agentes tentaram libertá-lo, tendo sido violentamente agredidos pelos estudantes. Um dos agentes, que já estava ferido, sacou da pistola e deu uns tiros para o ar, com o propósito de dispersar os agressores. Uma bala atingiu, por ricochete, o Ribeiro dos Santos.

Apurou-se depois que o Ribeiro dos Santos não estudava naquele Instituto. Parece que era aluno de Direito. Creio que estava ali como provocador. O indivíduo que os estudantes raptaram era um agente da PSP.

B.O.S: É curioso verificar que, enquanto se fala muito no caso Ribeiro dos Santos, não se diz uma única palavra sobre a morte de um outro militante do MRPP, Alexandrino de Sousa, assassinado depois do 25 de Abril por elementos da extrema-esquerda quando andava a colar cartazes em Lisboa.

O.C: Pois não. Depois do 25 de Abril já não havia a PIDE para carregar a culpa. Mas deixe-me dizer-lhe que, no caso Ribeiro dos Santos, as investigações foram conduzidas pela Polícia Judiciária, que enviou o processo para o Tribunal, tendo sido provada a legítima defesa do autor dos disparos.

2003.10. 25